

2

A pesquisa em escolas da rede pública municipal do Rio de Janeiro

O SOCED – Grupo de Pesquisas Sociologias da Educação/PUC-Rio desenvolve, desde o ano de 2001, pesquisas sobre processos de construção da qualidade de ensino em escolas públicas e privadas de prestígio na Cidade do Rio de Janeiro. A pesquisa “Contextos Institucionais e a Construção da Qualidade do Ensino na Educação Básica”¹, busca compreender a relação entre os contextos de instituições escolares e a construção da qualidade em estabelecimentos com bons resultados educacionais, aferidos em avaliações externas de larga escala. O estudo de caso realizado integrou o esforço coletivo de pesquisa do Grupo a partir do segundo semestre de 2009.

2.1. O processo de escolha das escolas públicas

Há alguns anos o SOCED tinha como foco de investigação os processos de escolarização e as trajetórias escolares das camadas médias e da elite carioca em escolas privadas e públicas (federais) de grande reconhecimento e prestígio público, com alunos cujas famílias detinham elevado capital econômico e cultural. Com a finalidade de aprofundar e estender a investigação da relação entre os contextos institucionais e a construção da qualidade do ensino às escolas da rede pública municipal, foram agregadas quatro escolas municipais ao *corpus* de pesquisa do Grupo, no projeto desenhado em 2008.

O novo desenho de investigação representou grandes desafios, não somente pela revisão e releitura da bibliografia, ancorada sobretudo em Pierre Bourdieu, mas

¹ Para maiores esclarecimentos sobre o Grupo e a trajetória das pesquisas ler: “Percorrendo as questões que guiam o SOCED há uma década: primeira ancoragem” de Patrícia Monteiro Lacerda, Boletim Eletrônico do SOCED nº 04 de 2007, disponível em: <http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/soced.php?strSecao=input> e “Os novos desafios do programa de pesquisa do SOCED” de Brandão, Z., Boletim Eletrônico do SOCED nº 06 de 2006, disponível em: <http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/soced.php?strSecao=input>

também no rigor para selecionar escolas e compatibilizar procedimentos e abordagens metodológicas a fim de operar em redes educacionais tão diversas.

Paes de Carvalho *et al.*, (2011), descrevem detalhadamente o processo de seleção das escolas da atual etapa da pesquisa. No caso das escolas privadas foram utilizadas as médias do ENEM no triênio de 2005, 2006 e 2007, sua localização geográfica na Cidade e o número de participantes nas edições do Exame. Também foi considerada, no recorte das escolas participantes, a oferta de ensino fundamental completo, dado o interesse de estudar processos de construção das disposições escolares (Brandão, 2008).

No caso da rede pública, ampliar o leque de escolas de sucesso requereu o levantamento dos resultados escolares das escolas municipais² estabelecendo-se critérios de seleção e um controle rigoroso, tanto sobre os fatores extra-escolares, expressos no nível socioeconômico médio dos alunos (NSE), como naqueles relativos à estrutura organizacional (Paes de Carvalho *et al.* 2011, p. 130), traduzida em número de matrículas e turmas.

Assim foram selecionadas escolas com ensino fundamental completo, de médio à grande porte, que correspondiam aos seguintes critérios: total de matrículas superior a 800 alunos; mínimo de 3 turmas de 8ª Série/9º Ano; nota média padronizada na Prova Brasil na 4ª e na 8ª Série, superior a média do município nas edições de 2005 e de 2007; localização na Cidade e distribuição em faixas de nível socioeconômico (NSE) distintos.

As quatro escolas selecionadas para esta pesquisa integram um conjunto de 174 escolas com ensino fundamental completo da rede pública municipal do Rio de Janeiro. Para contextualizá-las, tanto do ponto de vista territorial, quanto no quadro organizacional da SME - Secretaria Municipal de Educação, é necessária, ainda que sucintamente, a apresentação da estrutura da rede pública municipal do Rio de Janeiro e a sua abrangência na oferta da educação pública.

² Este percurso se fez necessário em virtude de que tais escolas deveriam ter suas características compatibilizadas às escolas privadas integradas anteriormente à pesquisa, e que tinham ensino fundamental completo. Tal critério é notadamente interessante para o estudo dos *habitus* escolares, pois favorece a análise de uma trajetória de escolarização mais longa dos alunos nos contextos institucionais.

2.1.1. Estrutura e funcionamento da rede pública municipal do Rio de Janeiro

Composta por 1062³ unidades escolares de ensino fundamental, a rede pública municipal do Rio de Janeiro é a maior rede municipal da América Latina. No ano de 2009, conforme divulgado no *site* oficial da SME, o quadro de profissionais que atuavam na rede contava com: 21.579 professores II (do 1º segmento do ensino fundamental), 14.116 professores I (do 2º segmento do ensino fundamental), 10.536 funcionários de apoio administrativo e 57 psicólogos. O número de alunos matriculados no início do ano de 2009, conforme dados oficiais⁴, compreendia: 429.594 alunos no 1º segmento do ensino fundamental, e 276.065, no 2º segmento.

A administração descentralizada deste universo de escolas, alunos e profissionais de educação é da competência de dez Coordenadorias Regionais de Educação - CREs, distribuídas pela Cidade, com autonomia para gerir, através de assessorias e gerências, em média, cem escolas que estão sob a sua jurisdição, conforme demonstra o mapa a seguir:

³ Este dado refere-se ao número de escolas no início do ano letivo de 2009, conforme site oficial da SME.

⁴ Estes números correspondem ao total de matrículas, divulgado pelas Coordenadorias Regionais de Educação, conforme o registro da movimentação 00 / março de 2009. São consideradas, no 1º segmento do ensino fundamental, as matrículas de creche, pré escola, educação especial, PEJA I e as classes comuns do 1º ao 5º Ano. No caso do 2º segmento do ensino fundamental, as matrículas correspondem aos alunos matriculados do 6º ao 9º Ano e, ao PEJA II. Dados obtidos no endereço eletrônico do Armazém de Dados, Instituto Pereira Passos: http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br/arquivos/947_educacao%20infantil%20-%20pré-escola_99_09.XLS, acesso em 06/02/2011.

Mapa 1: Coordenadorias Regionais de Educação SME/ RJ



Fonte: Secretaria Municipal de Urbanismo – Instituto Pereira Passos – Armazém de Dados

As CREs, órgãos que funcionam em ação articulada e conjunta com a SME, são responsáveis por assegurar, conforme suas áreas de abrangência, além do ensino fundamental, a Educação Infantil, nas modalidades creche e pré-escola, e a Educação de Jovens e Adultos.

As estruturas organizativas das CREs são compostas por: Gabinete, Assessoria de Integração, Assessoria de Informática, Gerência de Educação, Gerência de Recursos Humanos, Gerência de Infra-Estrutura, Gerência de Aquisição, Protocolo e Ouvidoria. Cada Setor ou Divisão desempenha, no âmbito de suas coordenadorias, funções relacionadas ao controle e distribuição de insumo que dizem respeito ao funcionamento das escolas, além de prestar assistência técnica e garantir o desenvolvimento de políticas públicas de educação e intersetoriais, na mediação entre o Órgão Central – SME e as Unidades Escolares. Vinculada à Coordenadoria de Gestão Escolar e Governança da SME, cabe à Assessoria de Integração, conforme informações prestadas nas entrevistas com os seus Assessores, o desenvolvimento de políticas fortemente ligadas à gestão escolar na interface da gestão democrática. Dentre alguns de seus objetivos, pode-se destacar a orientação, acompanhamento e capacitação dos conselhos escolares e grêmios estudantis.

O principal objetivo da atual gestão da SME, iniciada em 2009, é melhorar a performance acadêmica da rede pública municipal, tendo como principais referências de controle os índices aferidos em exames nacionais que mensuram a qualidade do ensino ministrado. O centro da política educacional a ser solidariamente desenvolvida pelas CREs e Unidades Escolares está exposto no *site* da Secretaria⁵:

Os esforços empreendidos para impulsionar a nova política implicaram no estabelecimento de metas a serem alcançadas pelas escolas. Dentre as diferentes medidas para melhorar a gestão escolar foi assinado o Termo de Compromisso, no qual os diretores das escolas se comprometeram em atingir metas e elevar o IDEB e o IDE-RIO⁶ de suas instituições. Em contrapartida, a SME assegurou aos profissionais de educação assíduos, das escolas que atingirem os resultados, uma bonificação pecuniária anual correspondente ao 14º salário.

Do ponto de vista formal, a mudança da arquitetura política na rede pública municipal conferiu “novas emergências” aos conselhos escolares, que tiveram o raio de ação ampliado. Além de manter as atribuições conferidas em legislações anteriores, tais como a participação nos conselhos de classe, na avaliação da gestão escolar e na elaboração e desenvolvimento do Projeto Político-Pedagógico da unidade escolar, a esses organismos cabem, na atual gestão, novas competências que implicam na partilha de responsabilidades com a direção das escolas. Compete-lhes atualizar os pagamentos de tributos relacionados às execuções financeiras dos recursos recebidos (Rio de Janeiro 2010b), além de apoiar a direção, no caso das medidas disciplinares adotadas junto aos alunos que não cumprirem os seus deveres dispostos no Regimento Escolar Básico.⁷

Segundo o mesmo Regimento, as estruturas administrativas das unidades escolares da rede pública municipal, dispõem da seguinte organização básica:

⁵ <http://www.rio.rj.gov.br/web/sme>.

⁶ O IDE-RIO é um índice que mede o desempenho dos alunos, através de provas aplicadas pela Secretaria Municipal do Rio de Janeiro. Constitui-se como parâmetro para avaliar a evolução dos resultados de desempenho das escolas, bem como, encaminhar bonificações pecuniárias às escolas que atingirem as metas estabelecidas.

⁷ Ver Portaria E/SUBE/CGG nº 48, de 17 de março de 2010 que dispõe sobre a organização e o funcionamento dos CECs e Resolução SME nº 1074, de 14 de abril de 2010 - Regimento Escolar Básico.

- I – Direção
- II – Equipe Pedagógica
- III – Corpo Docente
- IV – Corpo Discente
- V – Funcionários de Apoio
- VI – Conselho Escola Comunidade – CEC
- VII – Grêmio. (Rio de Janeiro, 2010c, p. 5).

Portanto, os CECs, além de se constituírem como instrumentos da gestão democrática, integram as estruturas administrativas, concorrendo, em tese, para o funcionamento orgânico das unidades escolares.

Conforme Portaria (Rio de Janeiro, 2010b) que dispõe sobre a organização e o funcionamento dos CECs nas escolas, os conselhos escolares têm por finalidade promover constante e efetiva integração entre Escola-Família-Comunidade e é composto por: diretor da Unidade Escolar; três professores e/ou especialistas de educação; dois responsáveis por alunos; dois alunos; um funcionário de apoio à educação e um representante de Associação de Moradores, legalmente constituída. Dentre as suas competências pode-se destacar a promoção de reuniões ordinárias mensais, com registro em livro de Atas, assegurando o fluxo de informações e a elaboração de propostas a serem apresentadas à direção das escolas (Anexo 3).

2.2. As Escolas Públicas

As quatro escolas públicas da pesquisa são referências em seus bairros e reconhecidas pela qualidade do ensino ministrado. Muitos de seus alunos moram em comunidades e bairros diferentes daqueles em que as escolas estão localizadas, e as famílias precisam utilizar estratégias para escolher essas escolas e manter os seus filhos estudando nelas ao longo do ensino fundamental.

Para identificar as escolas escolhi nomes de mulheres de nacionalidades distintas que se destacaram no campo das artes e da literatura e que se projetaram mundialmente, tanto pelo conjunto de suas obras instigantes e únicas, quanto pela maneira que articularam a vida pessoal e a pública. A escolha dos nomes de Ana Cristina César, Florbela Espanca, Frida Kahlo e Maria Callas, não é uma casualidade. Resistentes, combativas, e obstinadas quanto aos ofícios que escolheram para traduzir a vida, essas admiráveis mulheres expuseram suas fragilidades, muitas vezes

superando-as e outras sufocadas por elas. Assim como essas mulheres, as escolas, seus agentes, e suas lideranças (maioria feminina), são marcados pela criatividade e desafiados pelos impactos do mundo na construção de suas obras de repercussão pública.

Estas escolas estão inscritas em quatro das 10 CREs - Coordenadorias Regionais de Educação -, que por sua vez estão distribuídas em áreas integrantes das 34 Regiões Administrativas – RAs da Cidade. Cada RA tem o nome de um dos bairros que compõem o conjunto abarcado em sua área geográfica, conforme Mapa 2.

Mapa 2: Regiões Administrativas da Cidade do Rio de Janeiro e as escolas públicas da pesquisa



Fonte: Instituto Pereira Passos – Armazém de Dados

Legenda:

- Escola Ana Cristina César – 2ª CRE
- Escola Florbela Espanca – 3ª CRE
- Escola Frida Kahlo – 4ª CRE
- Escola Maria Callas – 5ª CRE

O Quadro 1 apresenta, sinteticamente, os principais aspectos destas escolas municipais.

Quadro 1: Resumo das escolas públicas

Escola	Faixa de NSE Médio 8ª série 2005 (1)	IDS do Bairro (2)	Nº de Matrículas (3)	Nº de Turmas	Níveis e modalidades de ensino	PROVA BRASIL Nota média padronizada 4ª Série/5º Ano (4)			PROVA BRASIL Nota média padronizada 8ª Série/9º Ano		
						2005	2007	2009	2005	2007	2009
Ana Cristina César	4	0,795	786	24	EF	6,32	6,36	6,88	6,10	5,96	6,08
Florbelia Espanca	2	0,648	1078	31	EF	5,14	4,90	7,09	4,82	5,07	4,95
Frida Kahlo	1	0,615	1312	42	EF e EI	5,14	5,22	6,47	5,53	5,62	5,33
Maria Callas	3	0,606	1094	38	EF, EI e EE	5,46	5,63	6,62	5,66	5,06	5,59

Fontes: IPP - Armazém de Dados/RJ, IBGE, INEP/MEC.

Notas: (1) Baseado no Censo Escolar 2005/8ª série.

(2) O IDS – Índice de Desenvolvimento Social é uma construção que utiliza em sua composição quatro variáveis do Censo Demográfico 2000 do IBGE que cobrem as seguintes dimensões: acesso a saneamento básico, qualidade habitacional, grau de escolaridade e disponibilidade de renda.

(3) Os dados relacionados ao nº de matrículas, nº de turmas, níveis e modalidades de ensino, estão atualizados conforme informações prestadas pelas escolas em outubro de 2010.

(4) Embora nos critérios de seleção das escolas tenham sido consideradas as notas médias padronizadas da Prova Brasil nos anos de 2005 e 2007, atualizo as informações, relacionando as médias de 2009. As notas médias padronizadas da Prova Brasil na rede pública municipal do Rio de Janeiro foram, respectivamente nos anos de 2005, 2007 e 2009, na 4ª Série/5º Ano: 4,91; 4,86 e 5,70. Na 8ª Série/9º Ano: 4,71; 4,62 e 4,90.

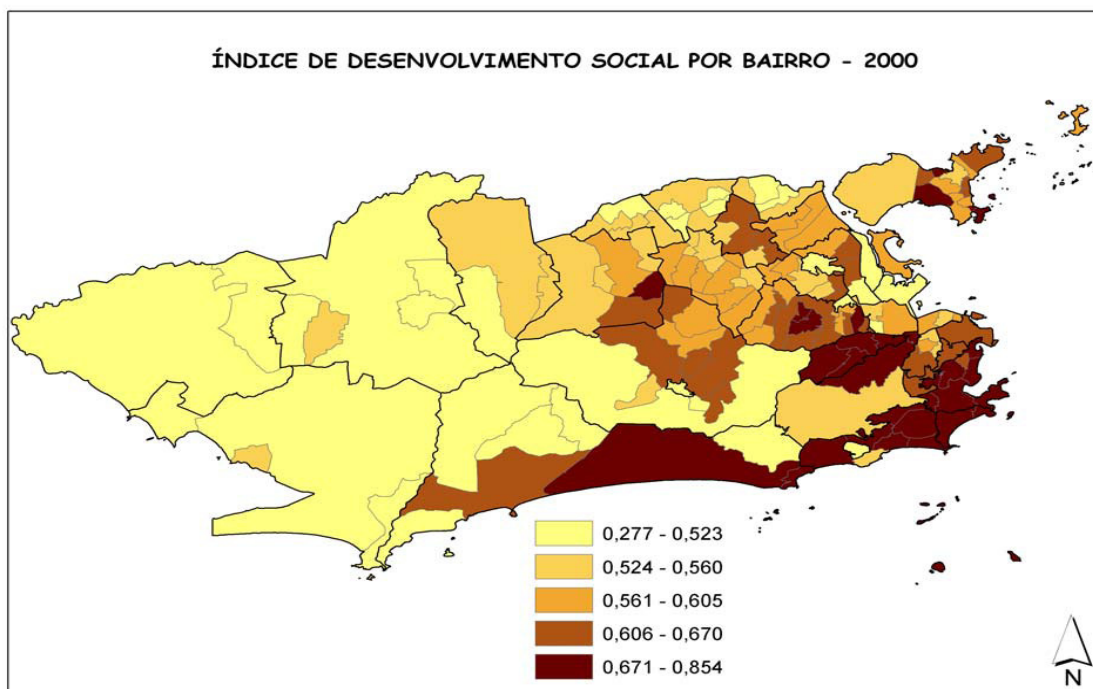
Um dos aspectos a ser observado na distribuição das escolas nas Coordenadorias, em relação as suas características sociais, é a dispersão do IDS – Índice de Desenvolvimento Social no mapa da cidade do Rio de Janeiro. Segundo o Instituto Pereira Passos, a variação do IDS, no ano 2000, nos 158 bairros da Cidade, ficou entre 0,854 e 0,277⁸. Os índices mais elevados concentram-se, com exceção de alguns bairros, na zona sul da Cidade e áreas adjacentes. Pontuo que tal característica

⁸ Ver em: Índice de Desenvolvimento Social – Comparando as realidades microurbanas da cidade do Rio de Janeiro. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos, abr. 2008. Os bairros de Gericinó e Vasco da Gama não foram computados porque não existiam no ano 2000.

reforça o panorama das desigualdades sociais, e o impacto que a seletividade de políticas públicas tem em algumas áreas, favorecendo-as com a alocação de equipamentos urbanos, serviços sociais e políticas intersetoriais que contribuem para manter e melhorar os volumes e as estruturas dos capitais sociais e culturais desses moradores. No lado oposto, algumas áreas históricas e socialmente menos prestigiadas concentram os segmentos mais vulneráveis da população, reforçando e mantendo a distância e o isolamento sócio-cultural, ainda que consideremos as particularidades de alguns bairros do Rio de Janeiro com maior heterogeneidade de composição social, nos quais este modelo de segregação é abrandado (Alves *et al.*, 2008).

É importante ressaltar que no espaço territorial de uma determinada Região Administrativa é possível observar a variação de IDS entre os bairros circunvizinhos. Este desenho da vida urbana demonstra a aproximação entre camadas populares distintas em algumas áreas geográficas da Cidade, como pode ser observado no Mapa 3.

Mapa 3 : Índice de Desenvolvimento Social por bairro – Município do Rio de Janeiro



Tais características impactam, complementarmente, sobre os contextos educacionais em virtude do deslocamento de alunos cujas famílias escolhem escolas localizadas em áreas diferentes das suas moradias. Esta operação seletiva é percebida, em particular, no deslocamento de alunos que moram em favelas para escolas que estão localizadas no “asfalto” (Paes de Carvalho *et al.*, 2010).

Diversos estudos sugerem a importância da relação entre as características sociodemográficas dos agentes escolares e o desempenho dos alunos nas avaliações estandardizadas e a geografia das oportunidades educacionais no espaço urbano (Alves, 2010).

Nesse sentido, pode-se dizer, que há motivos para determinados segmentos da população, supostamente os mais desfavorecidos do ponto de vista econômico e social, buscar espaços de participação a fim de articular seus interesses e desenvolver disposições que os qualifique técnica e politicamente para pressionar as esferas do governo a fim de melhorar as condições de vida e alcançar ascensão de classe (Souza & Lamounier, 2010).

Ainda nesta perspectiva, podemos levantar a hipótese de que as escolas que apresentam melhores desempenhos educacionais e são prestigiadas pela população, constituem-se como espaços de socialização capazes de engendrar disposições culturais que favoreceriam a mudança de posição e de trajetória individual presumida, bem como a melhoria da vida coletiva.

Retomando o que foi mencionado anteriormente, esta pesquisa trata de um estudo de caso nas quatro escolas públicas municipais integrantes do Projeto do SOCED 2009-2011. Para descrever as principais características destas escolas, utilizei como instrumentos as observações apontadas no caderno de campo e num quadro resumo que construí para anotar os principais aspectos físicos, organizativos e de funcionamento. Utilizei também os dados coletados através de informações e entrevistas obtidas junto às equipes gestoras das escolas.

2.2.1. Escola Municipal Ana Cristina César

A história do bairro onde está localizada a Escola Ana Cristina César confunde-se com a história da fundação da Cidade. Alguns dos principais pontos turísticos

cariocas e marcos históricos estão ali localizados desde o início do século XVI. O bairro situado em área nobre na Zona Sul carioca, destaca-se pelos elevados indicadores sociais e por uma vizinhança que abriga parcela da elite sócio-cultural da Cidade. Sua área geográfica, considerada de proteção ambiental desde 1978, é ocupada por um número aproximado de 7.000 moradores que têm acesso às praias, universidades, e escolas privadas de elevado prestígio. A segurança, outro aspecto que valoriza econômica e socialmente a região, é garantida, sobretudo, pela presença de um grupamento militar.

A escola, integrada à 2ª CRE, foi inaugurada no ano de 1933, mas a estrutura do prédio principal foi construída originalmente em 1908 como parte de uma edificação que constituiu as comemorações do Centenário dos Portos às Nações Amigas na Cidade.

No mês de outubro de 2010 a escola contava com 786 alunos matriculados no ensino fundamental, em 24 turmas, sendo que 01 turma, do 2º segmento integra o Projeto Autonomia Carioca da SME em parceria com a Fundação Roberto Marinho. Os alunos estudam em dois turnos de horário parcial, com duração de 4 horas e 30 minutos. A Escola Ana Cristina César participa também do Projeto Cientistas do Amanhã e de outros, que são desenvolvidos pela própria escola em parceria com instituições do bairro.

Embora o bairro possua, segundo a diretora adjunta, duas associações de moradores, nenhuma participa das atividades da escola e tampouco reivindicaram assento na estrutura do CEC.

No primeiro pavimento do prédio está situada a secretaria da escola, a sala de leitura, os banheiros dos alunos e dos professores, além de cinco salas de aula. O prédio é pintado de branco e as paredes internas, inclusive as das salas de aula, são brancas com uma faixa larga azul escura, a mesma cor utilizada nas janelas e nas portas da escola, que se mantêm em bom estado de conservação. As salas de aula são amplas, limpas, têm boa ventilação, quadros brancos, ventilador, TV e DVD. Não há qualquer pichação ou rabiscos nas paredes ou carteiras. O primeiro pavimento é utilizado também por uma escola da rede estadual que atende alunos do EJA no turno

da noite. No segundo pavimento há sete salas de aula utilizadas somente pela rede municipal.

A secretaria é um lugar de passagem entre o corredor interno da escola e o corredor lateral do prédio que dá acesso ao portão principal próximo a um jardim arborizado. Esta dependência é grande e contígua à sala de professores. No mural localizado na outra porta lateral, no primeiro pavimento, que dá acesso ao pátio externo, estavam expostos durante as visitas, trabalhos de artes plásticas, alguns cartazes oficiais do MEC e da SME, e ainda dois cartazes de atividades desenvolvidas por professores da escola, relacionadas ao Concurso de Redação da CGU – Corregedoria Geral da União e ao Plenarinho da Câmara Federal. Neste mesmo pavimento do prédio principal há uma mesa de Futebol Totó, uma mesa de Ping Pong e uma estante com exemplares de livros didáticos, histórias em quadrinhos, enciclopédias, e obras da literatura nacional e estrangeira, que estão à disposição dos alunos para leitura breve, empréstimo ou retirada, conforme seus interesses e iniciativas. Alguns desses exemplares foram baixados do acervo da sala de leitura. Há também, neste segmento do prédio, mesas de jogos de xadrez para os alunos dos primeiros anos do ensino fundamental.

No primeiro pavimento do prédio anexo, resultado da ampliação ocorrida na década de 80, localiza-se o refeitório, a cozinha para preparo das refeições dos alunos e funcionários e a casa da Funcionária Residente, que é uma merendeira da escola. Há também uma antiga cantina que está fechada em virtude da proibição do funcionamento de cantinas em escolas municipais.

No segundo pavimento do prédio anexo, localiza-se a sala de leitura e uma sala que será utilizada como laboratório de informática. A diretora adjunta explicou que a escola recebeu os equipamentos para o laboratório, mas não os instalou porque não há Internet em rede disponível para por em curso o Projeto Mais Seis⁹. Ponderou ainda, que é necessário fazer a revisão de carga elétrica da escola para atender à demanda de equipamentos, incompatível com o projeto elétrico original do prédio escolar. Falou

⁹ O Projeto Mais Seis prevê a instalação de seis computadores e duas impressoras em espaços físicos das escolas municipais que funcionem como laboratório de informática, com uso de Internet banda larga disponibilizada pelo MEC, para atender aos alunos matriculados na rede municipal.

que será difícil desenvolver trabalhos com os alunos no laboratório, pois não há professor para essa finalidade na escola.

A sala de leitura é ampla, bem iluminada, possui um acervo bastante variado e há um volume considerável de livros em relação à quantidade de alunos matriculados na escola. Segundo a professora de sala de leitura, há cerca de 8.000 livros registrados conforme o censo realizado em 2009, e há também cerca de 200 DVDs no acervo de mídias, composto especialmente com títulos de programas da TV Educativa e TV Cultura.

A escola não tem quadra de esportes, laboratório de Ciências ou auditório. Não dispõem também de acessibilidade ou adaptações que permitam a locomoção autônoma de alunos, profissionais de educação ou membros da comunidade escolar que tenham mobilidade reduzida ou deficiência física. Cabe destacar que o prédio escolar, tombado pelo Patrimônio Histórico, assemelha-se a uma ampla residência do início do século passado, não condizendo em estrutura física e dimensões a uma escola que atende ao número de alunos matriculados e que apresenta grande demanda de matrícula.

A direção é composta por uma diretora e uma diretora adjunta. Não há coordenador pedagógico na escola desde o final de 2009. A diretora está na escola desde 1973 e foi regente das séries iniciais até 1988, ocasião em que se candidatou à diretora na primeira eleição de diretores ocorrida na rede pública municipal da Cidade. Desde aquela época é reeleita sucessivamente.

A escola tem 44 professores em exercício, sendo 10 do primeiro segmento e 34 do segundo segmento do ensino fundamental, mas o quadro completo prevê 48 professores. As faltas são cobertas com duplas regências e professores cedidos de outras escolas. Há também uma professora de sala de leitura que atua nos dois segmentos com uma carga horária de 16 horas que, conforme narrou, é insuficiente para atender a quantidade de alunos matriculados na escola.

Em relação às funções administrativas, a escola conta apenas com um agente educador que, via de regra, exerce funções de agente administrativo atendendo às demandas da secretaria da escola, embora devesse atuar em funções concernentes ao de inspetor de alunos. Também desempenham funções de secretaria duas professoras

da escola que estão readaptadas¹⁰, além de duas responsáveis voluntárias que ajudam nas tarefas emergenciais. Há também uma ex-aluna, estagiária de Biologia, remunerada pela SME para atuar no reforço escolar das turmas do segundo segmento, na disciplina de Ciências. O serviço de limpeza é terceirizado através de 03 garis da COMLURB¹¹ e o preparo e a distribuição da alimentação escolar compete a 03 merendeiras estatutárias da rede municipal.

Em relação aos recursos financeiros recebidos no ano de 2010, de acordo com informação da diretora, a escola recebeu, somada as duas fontes de recursos (SDP e PDDE)¹², o valor de R\$ 17.000,00 que foram utilizados para aquisição de materiais de secretaria, compra de bens e, sobretudo, reparos no prédio escolar, que não passou por nenhuma reforma desde a data de sua inauguração.

No tocante à prestação de contas da gestão financeira, não há divulgação nos murais da escola a respeito da aplicação desses recursos, embora a legislação da rede municipal oriente para tal. (Rio de Janeiro, 2010b). Também não foi concedido acesso às Atas do CEC que possibilitasse acompanhar a evolução dos planejamentos e execuções financeiras da escola.

Quanto ao Projeto Político-Pedagógico, segundo a direção, encontrava-se em fase de finalização e de retoques sob a responsabilidade da professora representante do CEC, pois a escola não dispõe de coordenador pedagógico. Não houve menção

¹⁰ O Funcionário ou Professor Readaptado é aquele que foi afastado de suas funções por laudo médico, sendo atribuídas novas funções técnicas, correlatas às exercidas anteriormente e compatíveis com as suas condições físicas e psíquicas, conforme perícia médica.

¹¹ O contrato “Escola Limpa”, firmado entre a Companhia de Limpeza Urbana, empresa de capital misto da Prefeitura do RJ, e a SME, prevê, além da limpeza das dependências da escola, a limpeza da área externa, do entorno e o desenvolvimento de ações educativas relacionadas à educação ambiental. Além deste serviço, a mesma Companhia, através de novos contratos, ampliou a atuação na Rede Municipal executando serviços, como o preparo e distribuição da alimentação escolar e poda de árvores.

¹² Os recursos financeiros encaminhados às escolas públicas municipais provêm, principalmente, destas duas fontes. A primeira diz respeito ao SDP – Sistema Descentralizado de Pagamento, responsável por alocar recursos financeiros aos órgãos da Administração Direta e Indireta da Prefeitura para viabilizar despesas, de forma ágil, ou serviços urgentes que precisam ser prestados para não comprometer as suas atividades. A regularidade dos depósitos em conta corrente da unidade escolar, (que não ultrapassa o valor de R\$ 8.000,00, por empenho) depende da agilidade dos gestores da escola na execução das despesas e na irretocável prestação de contas, bem como do controle orçamentário do governo municipal. A segunda fonte de recursos é o PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola, encaminhado anualmente, através do FNDE/MEC, conforme o número de matrículas da escola informado no Censo do ano anterior. O Programa, além da alocação anual ordinária, dispõe para as escolas que atingiram a meta do IDEB, uma parcela adicional no valor de 50% do total encaminhado.

quanto à participação do CEC na elaboração do Projeto. Na última visita à escola a diretora informou que os professores já haviam recebido uma cópia do registro do PPP no início do ano letivo. Contudo, na ocasião, não foi encontrada nenhuma cópia disponível para consulta.

2.2.2. Escola Municipal Florbela Espanca

A Escola Florbela Espanca integra o grupo das 102 escolas da 3ª CRE. Localizada em um bairro da Zona Norte, no subúrbio carioca. A escola está situada dentro de um conjunto habitacional no centro de um terreno de 140.350 m², doado à Prefeitura para construção de uma escola que atendesse, na década de 50, aos moradores deste conjunto.

A região onde o bairro está situado pertencia, no final do século XVIII, a uma fazenda cuja sede é preservada pelo Patrimônio Estadual. No início do século XX a construção de uma grande fábrica têxtil, de referência nacional, impulsionou o crescimento do bairro e do entorno, contribuindo para o desenvolvimento de uma política de moradia que promoveu, especialmente na década de 40, a construção de grandes conjuntos habitacionais às margens das principais ruas do bairro, que atualmente destaca-se pelo comércio.

O prédio da Escola Florbela Espanca, inaugurado no ano de 1952, e ampliado na década de 70, é amplo e bem conservado. Causa boa impressão a limpeza, a organização, a manutenção da pintura, do mobiliário e das dependências. A entrada do portão principal fica em frente a uma grande praça, bem conservada, com quadras, brinquedos e a sede da Associação de Moradores do conjunto habitacional. A escola não está localizada em área de favela, embora atenda alunos de três favelas próximas.

No pátio externo da escola há um grande mural com cartazes informativos da SME, da escola e de instituições de interesse público. No mural interno está fixada a prestação de contas das verbas recebidas pela escola e utilizadas no ano de 2010. O valor, cerca de R\$ 80.000,00, referentes aos recursos do SPD e do PDDE, foi utilizado majoritariamente para melhorias no prédio, como pintura e reformas de dependências. Constam no livro de Atas do CEC os registros de reuniões que trataram do planejamento dos recursos encaminhados através do PDDE. Há também

um cartaz, sinalizando a composição do CEC, eleito em maio deste ano, contendo a representação de todos os segmentos da comunidade escolar, excluindo-se a Associação de Moradores.

A escola dispõe de uma extensa área territorial onde está localizado o prédio principal de dois andares, ampliado posteriormente para atender à demanda de matrículas através da construção de dois anexos. O anexo lateral tem duas salas de aula, um banheiro para as merendeiras e outro para os alunos. O anexo dos fundos da escola, que fica ao lado da caixa d' água suspensa, em terreno arborizado, tem uma sala de leitura, 3 salas de aula, um banheiro utilizado pelos funcionários da COMLURB, depósito de materiais, além da casa do Funcionário Residente da escola.

No primeiro pavimento do prédio principal estão situadas as seguintes dependências: a secretaria, a sala da direção, a sala da coordenação pedagógica, a sala dos professores, o banheiro dos professores, o laboratório de informática, o auditório, o almoxarifado, o refeitório, o banheiro dos funcionários e a sala de material esportivo. Há também neste pavimento, os banheiros dos alunos e o pátio interno coberto. O auditório é amplo e, embora limpo e bem cuidado, apresenta cadeiras danificadas, necessitando de reparo ou substituição. O palco do auditório é utilizado também como quadra de esportes para as aulas de Educação Física. No segundo pavimento encontram-se 11 salas de aula, de um total de 16, que apresentam excelente estado de conservação. As salas são ventiladas, iluminadas, possuem ventiladores, TVs e DVDs. Não há pichações, os murais estão atualizados com trabalhos dos alunos e as carteiras e cadeiras estão conservadas.

A sala de leitura apresenta um acervo considerável e, embora tenha pequenas dimensões, em relação ao total de alunos matriculados, sua arrumação sugere conforto e organização. O mesmo ocorre com a sala dos professores, que apresenta um ambiente agradável, organizado e favorável às reuniões dos docentes.

No mês de outubro de 2010 a escola contava com 1078 alunos matriculados. Deste total, 42 estavam vinculados aos Projetos Realphabetização e Autonomia Carioca da SME, 453 cursavam o 1º segmento do ensino fundamental e 478 cursavam o 2º segmento. Contrariando a finalidade da sua construção, a escola atende a uma parcela reduzida de moradores do entorno, cerca de 20% dos alunos matriculados. A

maioria das matrículas corresponde a alunos cujas residências estão dispersas em áreas próximas à escola, inclusive favelas de áreas adjacentes ao bairro.

A Escola Florbela Espanca, conforme exposto nos murais e no Projeto Político-Pedagógico, desenvolve parcerias com várias ONGs e instituições, além de projetos culturais organizados pela SME e pela escola. Os projetos e parcerias têm finalidades que variam desde a concessão de bolsas de estudos, aulas de dança e formação de atletas, até transporte para passeios dos alunos.

A direção da escola é composta por uma diretora, uma diretora adjunta e uma coordenadora pedagógica. A diretora foi moradora do conjunto habitacional e estudou na escola quando criança, assim como o seu pai. No ano de 1996 voltou à escola como professora do 1º segmento do ensino fundamental. Atuou na escola como professora de turma, professora de sala de leitura, coordenadora pedagógica e diretora adjunta até ser indicada para diretora de escola, no mês de julho de 2009, após a aposentadoria da diretora que a antecedeu na função (a diretora anterior tinha uma trajetória semelhante).

A equipe de funcionários, que atua na área administrativa, é formada por um agente educador, dois agentes administrativos e um professor readaptado. A escola possui ainda 3 serventes terceirizados e 4 merendeiras estatutárias. O quadro de professores é composto por 9 professores do 1º segmento e 19 do 2º segmento. As 12 faltas de professores (5 no 1º segmento e 7 no 2º segmento) são cobertas por duplas regências. A escola tem 3 estagiários, remunerados pela SME, que desempenham funções de reforço escolar, apoio aos alunos nas atividades do laboratório de informática e apoio aos trabalhos administrativos na secretaria da escola. Conta ainda com 2 voluntárias, que recebem ajuda de custos pela SME, para atuar na sala de leitura e no reforço escolar.

Quanto ao Projeto Político-Pedagógico, a diretora explicou que a sistematização foi feita por ela e que no momento aguarda apontamentos dos professores. O registro do Projeto fica sobre a mesa da sala dos professores e na capa constam as seguintes frases: “*Professores...leiam, opinem, rabisquem, corrijam. Em processo.*” Quanto ao texto, o Projeto apresenta as características do prédio escolar, as demandas físicas, materiais e comunitárias. Discorre sobre a metodologia, a

inspiração pedagógica, as intenções e os propósitos da Escola Florbela Espanca. Traça ainda um perfil da comunidade escolar e sinaliza que o maior desafio a ser enfrentado é a conjugação da variedade de culturas com o estabelecimento e o desenvolvimento de um ensino comum. O texto menciona a importância do desenvolvimento de valores, reconhece a padronização da rede pública municipal, mas considera que a autonomia da escola é relevante para o desenvolvimento do PPP. Reporta-se também a um relatório de pesquisa do INEP, sobre sucesso e fracasso escolar para fundamentar a demanda educacional de promoção de aprendizagem e melhoria de desempenho dos alunos.

2.2.3. Escola Municipal Frida Kahlo

Localizada na Zona Norte da Cidade, Subúrbio da Leopoldina, a Escola Frida Kahlo situa-se no centro de um bairro comercial de classe média baixa, contornado por dois complexos de favelas¹³, além de favelas menores, um hospital federal de grande porte, duas universidades privadas, indústrias, lojas comerciais, empresas e residências.

O bairro, que surgiu em meados do século XVIII no entroncamento de duas estradas que escoavam produtos para o porto, teve o crescimento comercial e industrial impulsionados pela construção de uma ferrovia e de duas vias expressas, nos séculos XIX e XX, respectivamente. O desenvolvimento do sistema de transportes contribuiu para o crescimento desordenado da população, iniciado com as transformações urbanísticas do Rio empreendidas pelo Prefeito Pereira Passos no período de 1903 a 1906. As reformas promoveram a destruição de cortiços e a expulsão de vários habitantes do Centro da Cidade, provocando um intenso loteamento e o início da formação de favelas na Leopoldina e em outras áreas do Rio de Janeiro.

A escola está situada em um bairro da 4ª CRE, em uma rua residencial com acesso às principais vias públicas do bairro. Há indícios de que sua inauguração ocorreu na década de 40, embora, segundo informação da diretora, não tenha sido

¹³ Embora crianças e adolescentes desses complexos estejam matriculados na escola, os dois complexos de favelas, situados no entorno do bairro, se constituem atualmente como bairros, e não compõem, neste estudo, a Região da Leopoldina.

encontrado na escola registro oficial sobre a data de sua inauguração. No ano de 1984 foi reinaugurada e ampliada, e a última reforma ocorreu no ano de 1988. Em outubro de 2010 o número de matrículas totalizava 1.312 alunos, sendo 1.223 no ensino fundamental e 89 na Educação Infantil. Os alunos estão matriculados em 42 turmas, em dois turnos de horário parcial de 4 horas e 30 minutos de aula.

A Escola Frida Kahlo desenvolve eventualmente parcerias com ONGs e vincula-se esporadicamente aos projetos culturais da SME, conforme relato da direção. Não há relacionamento regular com órgãos ou instituições do bairro ou das comunidades atendidas pela escola, embora ocasionalmente participe de atividades culturais promovidas por entidades locais. Segundo a equipe dirigente, nenhuma associação de bairro reivindica participação na escola ou propõe parcerias.

O prédio escolar, de estrutura vertical linear, possui três pavimentos, apresenta a fachada pintada de verde e tem a sua entrada gradeada com acesso ao público através de dois portões que separam o prédio da rua, e de um porteiro eletrônico. No andar térreo está localizada a secretaria utilizada pela rede municipal, a secretaria utilizada pela rede estadual no turno da noite, a cozinha para preparo da alimentação escolar, o refeitório, o banheiro dos alunos, o banheiro dos professores, 1 sala de aula da Educação Infantil, a sala de leitura e a sala dos professores. Em um patamar abaixo do térreo estão localizados: o depósito de materiais, o parque infantil e a quadra de esportes coberta, com pequenas dimensões e adaptada para atender às aulas de Educação Física. O segundo pavimento possui 9 salas de aula e 1 sala de informática que aguarda equipamentos para desenvolvimento de atividades. O terceiro pavimento possui 10 salas de aula e 1 Sala de Recursos¹⁴. Neste pavimento, dentre as salas de aula, 7 apresentam dimensões inferiores a 25 m² em decorrência da divisão das salas de aula originais para atendimento da demanda de matrículas, conforme narrado pela diretora da escola. O prédio não apresenta acessibilidade, como rampas ou elevadores para alunos ou membros da comunidade escolar que tenham a mobilidade reduzida ou deficiência física.

¹⁴ A Sala de Recursos atende, no horário do contraturno do aluno, em horário de escala, aos alunos com necessidades educacionais especiais, integrados em turmas desta escola e em outras escolas municipais da área. As matrículas desses alunos estão vinculadas às unidades escolares de origem. A professora responsável pelo atendimento é lotada nesta Unidade Escolar. A Sala de Recursos compõe a estrutura da Educação Especial da SME, e está vinculada ao Instituto Helena Antipoff.

Embora a fachada do prédio apresente bom estado de conservação e boa aparência, bem como a entrada da escola, o mesmo não ocorre com sete das 21 salas de aula que apresentam limitado espaço físico e pouca ventilação. Segundo a diretora, essas salas foram reduzidas e adaptadas de acordo com sua deliberação para atender à demanda de matrículas do 1º segmento do ensino fundamental. As salas de aula, de um modo geral, são bem iluminadas, possuem ventiladores e a maioria possui TV e DVD. No entanto, as paredes, pintadas de amarelo claro, estão desbotadas e descascadas, as mesas dos alunos são mal conservadas, os murais das turmas do 6º ao 9º Anos, aparentam pouca renovação e a sala de leitura apresenta pequenas dimensões para atender ao número de alunos matriculados na escola.

De acordo com relato da diretora e da coordenadora pedagógica, não há falta de professores e a equipe de direção está completa. A direção é composta por uma diretora, uma diretora adjunta, uma professora de apoio à direção, e uma coordenadora pedagógica. A diretora está na escola desde 1987, após ter sido removida de outra unidade escolar. Na ocasião, exerceu a função de coordenador de turno. No ano seguinte participou da primeira eleição de diretores ocorrida na rede pública municipal e venceu. Desde então é reeleita continuamente. A coordenadora pedagógica relatou que foi moradora do bairro e sua mãe foi professora da escola.

As funções administrativas são desempenhadas pela equipe de secretaria, assim constituída: um agente educador atuando como inspetor de alunos e dois agentes administrativos, em funções correlatas aos secretários de escola. Segundo relato da diretora, falta um agente educador para compor a equipe administrativa. Além desses profissionais de educação a escola possui uma professora de sala de leitura, 20 professores do 1º segmento e 23 professores do 2º segmento do ensino fundamental. Há também 13 professores, em ambos os segmentos, trabalhando com dupla regência para cobrir a falta de professores. O serviço de limpeza é terceirizado através de 3 garis da COMLURB e o preparo e a distribuição da alimentação escolar é atribuição de 4 merendeiras estatutárias da rede municipal.

Quanto à gestão dos recursos financeiros, segundo a direção da escola, através do SDP são realizados serviços de manutenção do prédio, aquisição de pequenos materiais, reparos de equipamentos e compra de bens patrimoniais. Entretanto,

mesmo os serviços de grande monta, como a recuperação da quadra de esportes e a construção do parque infantil, foram realizados através da utilização destes recursos somados aos do PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola, pois não houve iniciativa do Governo para a realização destas obras.

Conforme disposições legais, a gestão financeira desses recursos deve ser planejada e executada em conjunto com o CEC – Conselho Escola-Comunidade e com o Grêmio Estudantil da unidade escolar. Entretanto, no tocante ao Grêmio, a direção informou que foi dissolvido em virtude de transferências de alunos que integravam este organismo, sem que tenha ocorrido nova eleição para preenchimento das vacâncias. Quanto ao CEC, a diretora informou que ocorrem reuniões informais do segmento professor, mas não foi disponibilizado o livro de Atas do conselho, pois segundo relatos da direção, o livro estava no Cartório de Pessoas Jurídicas, para registro da Ata de eleição. Não há nas dependências ou murais da escola menção aos valores recebidos ou à prestação de contas de recursos públicos utilizados, que, de acordo com a diretora, somaram este ano o valor aproximado de R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais). Valores considerados insuficientes, conforme narrado no Projeto Político-Pedagógico.

Na Escola Frida Kahlo, o Projeto Político-Pedagógico, intitulado “Cidadania e Educação, Analfabetismo Não”, datado de 2009, foi elaborado, segundo a coordenadora pedagógica, com a participação dos professores. Nele foi diagnosticada a violência como o principal problema do entorno da escola e das comunidades atendidas por ela. O Projeto também identificou nas precárias condições sociais das famílias e da comunidade (más condições do saneamento básico, a ausência de coleta de lixo adequada e o precário atendimento médico) os indicadores dos problemas dos alunos da escola. No registro argumenta-se que a escola promoverá o desenvolvimento de uma educação formativa que concilie ações que aproximem as famílias da escola.

Aspectos como o desinteresse familiar, a indisciplina, a superlotação das turmas e a falta de espaços na escola foram diagnosticados no PPP como desafios a serem enfrentados através de “ações concretas”, mediadas pelas seguintes estratégias: reuniões com o CEC, Grêmio Estudantil, alunos e pais; parcerias com ONGs,

empresas e amigos da escola; mostras e festas culturais e campanha eleitoral para o CEC.

Apesar de o Projeto fazer referências aos aspectos formativos, sua centralidade converge para o estabelecimento de metas com o objetivo de diminuir o número de analfabetos funcionais, por meio de atividades e de inserção em projetos que visam a realfabetização e a redução da defasagem idade/série. Neste sentido, foram estabelecidas como metas, a serem atingidas até o término de 2009, redução do analfabetismo e elevação do IDEB (de 5,1 para 5,3), tomando como referência a política educacional implementada pela SME, que teve como principais objetivos, no seu primeiro ano de gestão, “dar um salto de qualidade”, reduzir a defasagem idade-série e o número de analfabetos funcionais, identificados em número de 28.000 na rede municipal de ensino no ano de 2009¹⁵.

2.2.4. Escola Municipal Maria Callas

Historicamente, a região onde a Escola Maria Callas está situada foi marcada pela produção agrícola. Entre os séculos XVI e início do século XIX a região, eminentemente rural, era considerada o celeiro do Rio de Janeiro e destacava-se pela produção de cana de açúcar e produtos hortifrutigranjeiros. No final do século XIX começou a ganhar contornos urbanos em função do comércio que surgiu, decorrente do escoamento de mercadorias da região.

O bairro e as regiões vizinhas receberam um crescente contingente populacional, especialmente em dois períodos históricos. A primeira expansão populacional ocorreu com a construção de duas vias férreas que transportavam os trabalhadores e os materiais utilizados para a construção de uma rede de abastecimento de água, no final do século XIX. Mais tarde, já no início do século XX, a região cresceu vertiginosa e desordenadamente em virtude da reforma urbana desenvolvida pelo Prefeito Pereira Passos que administrou a Cidade, então Distrito Federal, no período de 1902 a 1906.

¹⁵ Plano Estratégico da Prefeitura 2009-2012.

O contingente populacional originário das camadas mais pobres, removidas das áreas centrais e sul da Cidade, passou a ocupar o bairro e outras regiões do subúrbio carioca. Esta intervenção acentuou a estratificação social e urbana, incrementando o desenvolvimento das favelas. Na década de 60, o processo de industrialização contribuiu para o desenvolvimento de uma política habitacional que privilegiou a construção de conjuntos habitacionais populares na Cidade do Rio de Janeiro, e o bairro foi um dos que se destacou pelo grande número deste tipo de moradia, construídas à época.

A Escola Maria Callas, pertencente à 5ª CRE, localiza-se em um condomínio fechado, protegido por guaritas, formado por casas confortáveis e espaçosas, com seguranças que se deslocam pelas ruas ao longo do dia. O condomínio é arborizado, limpo e conservado, possui uma praça de esportes e tem em seu entorno grandes conjuntos habitacionais populares e uma via expressa importante para o deslocamento e o transporte de pessoas e cargas na Cidade.

O acesso ao prédio da escola é feito por dois portões que aparentemente permanecem abertos durante o dia. Sua fachada é imponente e na entrada há uma quadra de esportes coberta, de grandes dimensões, e um terreno arborizado com um parquinho. Construída originalmente para atender a população do condomínio, foi preterida por seus moradores que optaram, majoritariamente, por colocar os seus filhos em escolas da rede privada. A escola atende alunos de diversas áreas próximas da Leopoldina, região onde a escola está localizada. No mês de outubro de 2010 a escola contava com 1.094 alunos matriculados em 38 turmas do ensino fundamental, das quais 32 eram do ensino regular, 5 do ensino especial, e uma integrante do Projeto Autonomia Carioca.

A Escola Maria Callas não desenvolve parcerias com ONGs e não mantém relacionamento regular com órgãos ou instituições do bairro ou das comunidades atendidas pela escola. Segundo a equipe dirigente, nenhuma associação de moradores reivindica participação na escola ou propõe parcerias.

A escola, inaugurada em 1977, tem uma estrutura vertical ampla, com quatro pavimentos. Durante o ano de 2010 passou por uma grande reforma, o que acarretou a diminuição de matrículas da Educação Infantil, além do funcionamento excepcional

em três turnos, pois os alunos, professores e funcionários da escola não foram transferidos para outro local no período da obra. No andar térreo do prédio escolar estão localizadas as seguintes dependências: cozinha, refeitório, banheiro dos alunos, banheiro dos funcionários e 4 salas de Educação Infantil. No segundo pavimento encontram-se a sala dos professores, a secretaria, a sala da coordenação pedagógica, a sala da direção, a mecanografia, o auditório, a sala de artes, a sala de informática, a sala de música e o laboratório de Ciências. Ressalte-se que as quatro últimas dependências passaram a integrar a estrutura da escola a partir da obra. O terceiro pavimento possui 9 salas de aula, uma sala de leitura e uma sala de artes. E o quarto pavimento conta com 8 salas de aula e 2 Salas de Recursos. O prédio escolar é compartilhado com uma escola de Ensino Supletivo da rede estadual no período noturno.

As salas de aula são amplas, ventiladas, possuem quadros brancos, ventiladores, TVs e DVDs. As carteiras e cadeiras, mesmo antes da reforma, eram limpas e conservadas, sem rabiscos ou pichações. A sala de leitura, antes da obra ocupava o primeiro pavimento e tinha pequenas dimensões em relação ao acervo, equipamentos e o número de alunos matriculados. Após a obra, a nova sala, instalada no terceiro andar é ampla, iluminada, atendendo em melhores condições os alunos da escola.

Boa parte da pesquisa de campo ocorreu no período da reforma do prédio e, em face da ampliação e da construção de novas dependências, foi possível perceber que as mudanças promovidas melhoraram as condições da escola, importando inclusive a garantia da acessibilidade e o avanço do processo de inclusão, através da instalação de um elevador, rampas, corrimãos e banheiros adaptados para os alunos do ensino especial

A equipe de direção é formada por uma diretora, uma diretora adjunta, uma coordenadora pedagógica e uma professora de apoio à direção. A diretora chegou à escola no ano de 1995, convidada para dirigir uma escola que à época não gozava de grande prestígio. O convite ocorreu após perder a eleição de diretores em outra escola na qual havia trabalhado durante 25 anos. A diretora adjunta a acompanha desde a escola anterior e a coordenadora pedagógica assumiu a função em 2009 após exercer,

em anos anteriores, as funções de professor de Classe Especial e de Sala de Recursos na escola.

A equipe de secretaria é formada por dois agentes administrativos, um agente educador e três professores readaptados, que são insuficientes para o tamanho da escola e o número de alunos matriculados, conforme assinalou a diretora. Há também 3 serventes, que são terceirizados pela COMLURB, 4 merendeiras desempenhando as funções e uma merendeira readaptada.

No tocante aos professores, segundo a diretora, o quadro está completo, compreendendo 24 professores do 1º segmento, 36 do 2º segmento, 5 do Ensino Especial, 2 da Educação Infantil, um professor do Projeto Autonomia Carioca e uma professora de sala de leitura.

Quanto aos recursos financeiros, conforme dados da direção, a Escola Maria Callas, recebeu cerca de R\$ 32.000,00 originários do SDP e do PDDE. Em relação à gestão financeira, não há menção à aplicação desses recursos em murais da escola. Também não foram disponibilizados os livros de Atas do CEC para consulta aos registros de reuniões. A obra da escola foi o principal motivo alegado pela direção para a intercorrência em relação à rotina de reuniões do conselho e a inatividade do Grêmio Estudantil. Segundo a diretora e a coordenadora pedagógica, em meados do ano letivo foi realizada uma reunião do segmento aluno. A reunião, articulada pela coordenadora pedagógica, não foi registrada no livro de Atas, segundo relato da CP.

Quanto ao Projeto Político-Pedagógico, não foi possível ter acesso ao registro, pois conforme narrado pela CP, estava em fase de organização final. Ela alegou que os transtornos provocados pela obra atrasaram as discussões e a organização do registro. Nas entrevistas com a equipe da direção e com a coordenadora pedagógica foram apresentadas as linhas gerais do Projeto, cujo tema central é a paz. Há também o destaque da inclusão quando se trata de apresentar o trabalho desenvolvido pela Escola Maria Callas, que é referência na promoção do ensino especial na rede.

2.3. O processo de investigação

Captar os processos de gestão, desenvolvidos nas escolas públicas, investigar os conselhos escolares e a sua relação com a democratização da escola, no contexto de

uma política pública, demandou a compreensão do contexto social de cada unidade escolar com suas complexas relações internas e externas, partilhas de poder e estratégias que envolvem o funcionamento desses instrumentos nas escolas.

Para investigar como se desenvolve a gestão democrática em cada escola e como os CECs operavam era preciso analisar, além das características de cada escola, outros aspectos que diziam respeito: às percepções da comunidade escolar sobre os instrumentos de gestão democrática; aos processos organizativos dos conselhos; aos perfis dos conselheiros; às estratégias que balizavam o funcionamento dos conselhos em cada escola; aos documentos e às disposições legais que orientavam a temática.

A intenção inicial era observar reuniões dos conselhos e entrevistar os membros integrantes, buscando captar seus perfis, suas motivações, experiências e percepções sobre o funcionamento do conselho e da gestão escolar. Entretanto, conforme as informações das diretoras e os relatos de conselheiros entrevistados, durante o trabalho de campo, em nenhuma das quatro escolas investigadas ocorreram reuniões coletivas, entre a eleição dos novos conselhos (maio de 2010) e o encerramento da pesquisa (dezembro de 2010). Este fato reorientou o traçado originalmente previsto para a pesquisa, particularmente em relação à coleta dos dados junto aos conselheiros. As modificações ocorridas serão detalhadas em outro capítulo.

Foi também reunido material para análise documental com vista a discutir as relações entre as macro e micro dinâmicas escolares, o escopo legal e as estratégias de uso dos instrumentos de democratização da gestão, tendo em vista que em pesquisas dessa natureza, além da fundamentação teórica, é relevante a análise de documentos (leis nacionais; portarias e resoluções), assim como comunicados, livros de atas e registros de reuniões, encontros e assembléias organizados pela escola, a fim de delinear um *modus operandi* das políticas educacionais no contexto das práticas (Mainardes, 2006), registrando diferentes facetas da relação da comunidade e da direção com a gestão escolar.

A pesquisa abrangeu os dados do *survey*, complementados por entrevistas com membros das Coordenadorias Regionais de Educação das respectivas unidades escolares, entrevistas com os diretores das escolas, questionários distribuídos aos membros dos CECs, entrevistas com um membro de cada conselho, bem como

observações do cotidiano escolar registradas no caderno de campo e pesquisa aos documentos oficiais (legislação, livros de Atas, quadros estatísticos das escolas).

O trabalho de campo, realizado através de vistas às escolas, no período de abril a dezembro de 2010, totalizou 28 entradas nas escolas, 55 horas de observação nas instituições escolares e um caderno de campo com 600 páginas digitadas.

As entrevistas realizadas com representantes das Coordenadorias Regionais de Educação alcançaram 8 horas de gravação e foram realizadas por pesquisadoras do SOCED quando eu ainda não estava integrada ao Grupo. As entrevistas com as equipes gestoras das escolas perfizeram 11 horas, e as entrevistas com as quatro diretoras alcançaram 5 horas e 34 minutos de gravação, assegurando, em média, 1 hora e 20 minutos por escola.

Em relação aos depoimentos colhidos junto aos quatro membros, representantes do segmento professor dos conselhos das escolas, essas entrevistas curtas foram gravadas durante 1 hora, alcançando a média de 15 minutos por conselheiro entrevistado.

Complementarmente, foram obtidas cópias de documentos oficiais, relacionados à legislação sobre os conselhos escolares no Arquivo da Cidade, durante quatro visitas e um total de 8 horas de pesquisa documental, realizada quase que exclusivamente aos Diários Oficiais do Rio de Janeiro.

2.3.1. A construção do *survey* 2009 e o uso dos questionários

O *survey* “Contextos Institucionais e a Construção da Qualidade do Ensino na Educação Básica – 2009”, realizado com alunos, pais e professores de instituições escolares (4 públicas e 6 privadas) produziu um vasto material que vem permitindo análises de diferentes aspectos das instituições, das famílias, dos docentes e dos alunos, “na perspectiva relacional de Bourdieu”, que contribuem para a construção da qualidade do ensino.

Com o objetivo de obter dados sobre os contextos institucionais e os agentes das unidades escolares, foram aplicados questionários aos pais e alunos do 9º Ano e professores do 6º ao 9º Ano do ensino fundamental. (Anexos 4, 5 e 6)

Os questionários foram aplicados por pesquisadoras do SOCED, após visitas pré-agendadas junto às escolas no primeiro semestre de 2009. No caso dos alunos, os questionários foram aplicados de forma assistida, em um tempo de aula com a presença do professor e de pelo menos duas pesquisadoras. Na ocasião, os alunos foram esclarecidos quanto aos objetivos da pesquisa e quanto às questões que, porventura, apresentassem dúvidas.

Quanto aos professores, do 6º ao 9º Ano, os questionários autoaplicados foram distribuídos, via de regra, em reuniões pedagógicas após a apresentação da pesquisa ao corpo docente das escolas. Parte dos professores preencheu os instrumentos naquele momento, e parte os entregou, posteriormente, em envelopes lacrados às respectivas coordenações pedagógicas.

Em relação às famílias, em duas escolas (ambas públicas), os questionários dirigidos aos pais foram entregues aos alunos na semana anterior e devolvidos no dia da aplicação dos questionários dos alunos. Em todas as demais, os questionários foram entregues aos alunos e sua devolução marcada para a semana seguinte. Em todos os casos a equipe do SOCED contou com o apoio das equipes gestoras das escolas, que viabilizou a coleta do material e o percentual relativamente alto de devolução, como se observa no quadro seguinte.

Quadro 2: Resumo da aplicação dos questionários nas escolas públicas

Segmento	Questionários		
	Previstos	Respondidos	%
Pais	578	467	80,8%
Alunos	617	530	85,9%
Professores	116	89	76,7%
TOTAL	1311	1086	83,54%

Fonte: Survey SOCED/2009

No tocante aos professores, os questionários, divididos em blocos, buscaram captar os perfis socioeconômicos, sociodemográficos, profissionais e culturais dos agentes escolares investigados. Cabe salientar que os questionários foram aplicados aos professores do 6º ao 9º Ano e buscava também apreender as percepções sobre a

escola, seus contextos pedagógicos e administrativos, relacionados, sobretudo, à gestão escolar, ao trabalho docente e à gestão da sala de aula.

As questões foram construídas na perspectiva das experiências acadêmicas do SOCED e do diálogo permanente e renovado com um corpo teórico da Sociologia da Educação que tem fundamentado os estudos, as teses e dissertações produzidas. Portanto, conceitos como, por exemplo, *habitus*, capital simbólico, capital cultural, clima escolar, foram considerados na construção do instrumento, cujo banco de dados foi montado utilizando-se o software SPHINX.

Para a presente pesquisa foram selecionados alguns itens dos questionários aplicados aos pais e professores, no *survey* SOCED 2009, que permitiam traçar seus perfis socioeconômicos e culturais e registravam suas percepções a respeito da gestão do estabelecimento (representatividade dos pais, participação em conselhos, escolha de diretores, liderança do diretor, dificuldades no funcionamento da escola, elaboração e desenvolvimento do projeto político-pedagógico). Em relação ao questionário dos alunos, não foram observadas questões diretamente relacionadas à temática da gestão democrática.

Cabe destacar os limites dos instrumentos para aspectos concernentes à rede pública municipal, verificados por exemplo, nas escassas questões sobre os mecanismos de gestão democrática, na ausência de questões relacionadas à participação dos alunos na gestão e na inexistência de questionário dirigido aos funcionários. Tais limites, até certo ponto, dizem respeito à compatibilização destes instrumentos para as instituições das duas redes de ensino (Anexo 7).

Outros limites a serem destacados dizem respeito ao conjunto de pais, alunos e professores destas escolas. Como mencionado anteriormente, os questionários do *survey* aplicados aos pais e alunos restringiram-se ao 9º Ano. E, no caso dos professores, responderam aos questionários autoaplicados os regentes do 6º ao 9º Ano.

Todavia, as questões selecionadas possibilitaram traçar um panorama geral dos perfis sociodemográficos e socioeconômicos dos pais e professores dessas escolas, além de captar as percepções mais gerais que esses segmentos representativos da comunidade escolar têm sobre aspectos que dizem respeito à gestão. As correlações

entre as percepções desses agentes permitiram entrecruzar dados que envolvem as práticas de gestão, observadas nas unidades escolares e analisadas através de outros instrumentos metodológicos.

O caráter e a complexidade que envolvem os estudos das organizações educativas, cujo principal objetivo é a investigação das desigualdades educacionais produzidas no entrelaçamento dos contextos da sociedade, da família e da escola, impõem a complementação das análises dos dados coletados no *survey* com outros procedimentos metodológicos de vertente qualitativa, pois, “estatísticas globais e dados de *surveys* não oferecem um retrato acurado da realidade social, a não ser quando interpretados no contexto de enraizamento micro-situacional” (Collins *apud* Brandão, 2008, p.5)

2.3.2. Outros instrumentos de pesquisa

A construção dos diários de campo das escolas foi um trabalho iniciado no ano de 2009, pelas pesquisadoras do SOCED, a partir dos primeiros contatos com as escolas e o convite para que as escolas participassem da pesquisa, ocasião em que foram explicitados, para as equipes dirigentes, os objetivos, procedimentos e etapas da pesquisa. Este ponto de partida propiciou um conjunto de anotações fundamentais para compor os cadernos de campo sobre cada uma das instituições que integram este estudo de caso. Esses dados foram complementados com registro de observações e impressões sobre a forma como as escolas lidavam com os agendamentos as visitas e o uso dos instrumentos da pesquisa.

Neste estudo de caso, meu trabalho de campo teve início com o retorno às escolas públicas para apresentação dos primeiros resultados do *survey*, em abril de 2010. Nestas ocasiões foram apresentados os dados coletados sobre alunos e pais, aos professores e equipes gestoras das escolas. Estive naquela ocasião, nas escolas Florbela Espanca, Frida Kahlo e Maria Callas. Os ambientes que marcaram as apresentações de recortes do *survey*, destacaram-se pelo interesse dos participantes que contribuíram com comentários, debates e observações acerca dos diferentes contextos institucionais e aspectos das comunidades escolares.

Para captar o processo de escolha dos membros dos conselhos, após as apresentações dos primeiros resultados do *survey* nas escolas, e de uma análise exploratória dos dados, foram preenchidas as grades de observação do processo eleitoral dos Conselhos Escola-Comunidade (Anexo 8), ocorrido em maio de 2010, nas escolas públicas da rede municipal, conforme calendário oficial e disposições legais¹⁶ da SME (Anexo 9). A percepção do processo eleitoral foi notadamente interessante, pois possibilitou obter as primeiras impressões sobre a participação das comunidades escolares no processo de escolha dos integrantes dos conselhos, como também observar de que maneira cada escola organizava a eleição, se dispunham de estratégias particulares para cumprir as etapas e como operavam com as normas estabelecidas institucionalmente.

Além das observações de campo e das análises exploratórias dos dados do *survey*, quando obtive as primeiras impressões sobre as escolas, foram desenhados para este estudo de caso 5 instrumentos de coleta de informações junto aos conselheiros. Os questionários autoaplicados aos conselheiros (Anexos 10, 11, 12, 13 e 14) orientaram a construção dos roteiros das entrevistas das diretoras e dos professores integrantes dos conselhos. Estes instrumentos abrangeram itens e questões de múltipla escolha, questões mistas e abertas divididas em três blocos assim apresentados: Bloco 1: Em relação ao Conselho Escola-Comunidade; Bloco 2: Em relação à escola e, Bloco 3: Sobre você. Além do perfil dos conselheiros estes instrumentos buscavam captar as trajetórias políticas dos conselheiros, suas percepções acerca do CEC e a sua vinculação à escola. Cabe salientar que os questionários foram pré-testados durante uma reunião do CEC numa escola da rede pública municipal com características semelhantes às escolas da pesquisa, possibilitando correções nas versões originais destes instrumentos.

As primeiras entrevistas semi-estruturadas com pessoas-chave da gestão, realizadas junto à Assessoria de Integração de cada Coordenadoria, e às escolas, tiveram como objetivo principal oferecer dados sobre as percepções desses agentes em relação à organização, funcionamento, processos de gestão e construção da qualidade de cada escola.

¹⁶ Portaria E/SUBE/CGG nº 47, de 17 de março de 2010.

Considerando as atribuições e competências das diretoras das escolas, que são membros natos na composição dos conselhos, e peças-chave na gestão, foram desenvolvidas também entrevistas com estes agentes. Em face dos objetivos da investigação, as entrevistas buscaram articular as percepções macro e micro-institucionais, privilegiando o conselho como espaço para delinear as suas ações, relacionando-as à gestão, e às perspectivas de democratização da escola.

As entrevistas foram, sempre que possível, desenvolvidas em duplas para maior rigor na análise e na interpretação do material empírico, com um roteiro semi-estruturado, permitindo interações e contribuições do entrevistado, articulado aos objetivos da investigação. As transcrições foram feitas por um profissional, com revisões e adendos das entrevistadoras que incorporaram ao registro final as impressões e observações, contextualizando o clima, as reações e as intervenções dos entrevistados e entrevistadores.

Além dessas, foram previstas entrevistas com os membros dos conselhos, com a intenção de captar seus perfis socioeconômicos, sociodemográficos e culturais. O planejamento desta etapa da pesquisa foi informado às direções das escolas que se comprometeram em repassar as datas das realizações das reuniões, após a eleição de cada conselho. No entanto, após sucessivos contatos com as diretoras, através de telefonemas e visitas ficou clara a impossibilidade desse tipo de abordagem na investigação.

Malgrado o rumo traçado inicialmente foram incorporados ao processo de investigação, questionários dirigidos aos membros eleitos dos conselhos e aos Presidentes Natos (diretores das escolas), com vista a recuperar o objetivo original em relação à obtenção de dados sobre os perfis dos conselheiros e as suas percepções em relação à gestão e ao funcionamento dos conselhos. Os questionários estruturados foram divididos em três blocos de questões e foram entregues, quando possível, diretamente aos conselheiros ou, em algumas situações, através de outros conselheiros, ou ainda, através das direções das escolas.

Articulando-se a estes instrumentos e abordagens, foram coletados dados sobre as escolas através dos Projetos Político-Pedagógicos, Atas de reuniões e *sites* com as histórias dos bairros e das instituições escolares. O material documental foi

complementado com um vasto conjunto de disposições legais que traçam o panorama do desenvolvimento de uma política educacional, em diferentes contextos históricos, incrementado através de visita ao Arquivo da Cidade, o que permitiu, analiticamente, a interação de abordagens macro e micro-sociais. Estes documentos foram investigados na perspectiva da análise de conteúdo, considerando as relações entre os contextos de influência, os contextos de produção do texto político e os contextos da prática (Mainardes, 2006, p. 56).

No próximo capítulo abordo o processo eleitoral que pautou a escolha destes conselheiros, apresento aspectos dos perfis, das percepções que esses agentes escolares têm acerca do funcionamento, da organização dos CECs e sua implicação na democratização da gestão escolar.